

P. Roger HECKEL, S.J.

COMISSÃO PONTIFÍCIO «IUSTITIA ET PAX»

SELF-RELIANCE :
CONTAR CONSIGO

*Em vista do terceiro decénio
do desenvolvimento*

3º Documento de trabalho

2^a edição



Cidade do Vaticano 2011

SELF-RELIANCE :
CONTAR CONSIGO

*Em vista do terceiro decénio
do desenvolvimento*

3º Documento do trabalho

1^a edição 1978
2^a edição 2011

Índice das matérias

Indice das matérias	3
APRESENTAÇÃO	5
I. A <i>SELF-RELIANCE</i> , UM DINAMISMO REGULADOR	9
II. O ITINERÁRIO DA <i>SELF-RELIANCE</i>	13
1. Domínio do espaço nacional e das suas riquezas.....	13
2. Autossuficiência em matéria alimentar e para as necessidades vitais essenciais	14
3. Economia autocentrada.....	17
4. Desenvolvimento endógeno	18
5. Independência política.....	21
III. SELF-RELIANCE E PARTICIPAÇÃO AO NIVEL LOCAL.....	25
1. A participação na vida económica.....	26
2. O tecido dos corpos intermédios	28
3. O princípio de subsidiariedade	30
IV. O HORIZONTE DA SOLIDARIEDADE.....	33
1. Self-reliance e solidariedade: uma tensão fecunda	33
2. A solidariedade é também um dinamismo regulador	35
3. Solidariedade e caridade.....	39

APRESENTAÇÃO

Uma palavra abre caminho na comunidade internacional que procura uma nova ordem mundial: *self-reliance*. É difícil de traduzir se queremos conservar todos os cambiantes que evoca em inglês. *Contar consigo* é sem dúvida o melhor equivalente em português. Seria preciso evocar ao mesmo tempo as condições jurídicas – autonomia – e culturais – enraizamento numa *tradição viva* – de uma tal vontade de responsabilidade. Conservamos, pois, a palavra inglesa, sem deixar de buscar expressões portuguesas para os diferentes aspectos que esta noção manifesta sempre que é empregada nos mais complexos domínios da vida social.

Ao princípio dos «decénios para o desenvolvimento», acen-tuava-se *a solidariedade*. Por convicção moral e por realismo, os países ricos sentiam que deviam ajudar o terceiro mundo a atingir formas modernas de economia. Foram obtidos resultados não insignificantes. Mas o sentimento é dominado por um impasse, agravado ainda pela crise económica generalizada. Aliás, as preocupações pelo meio ambiente e pelo abastecimento em energia e matérias-primas mostram com toda a evidencia que não se pode pensar em generalizar modelos de desenvolvimento fundados sobre o desperdício. E preciso retomar o esforço em bases novas, tanto nos países ricos como nos países pobres. Desbloquear as reservas de criatividade humana que os comportamentos passados deixavam desempregadas, abafavam ou impediam de se investir: a *self-reliance* é primeiramente uma necessidade, uma exigência e uma ambição dos países pobres.

A Igreja esteve ativamente presente em toda esta evolução. Valorizou tanto quanto estava em seu poder o movimento em direção de uma maior solidariedade, pondo à luz os seus fundamentos antropológicos, morais e espirituais, convidando às conversões de mentalidades e às reformas de estruturas sem as quais ele permaneceria impotente. Mas insistia não menos energicamente sobre a

necessidade de ajudar os povos a serem eles próprios os artífices principais do seu desenvolvimento. Foi assim que, contribuiu, pela sua parte, para libertar a exigência atual em favor da *self-reliance*. Na fase que se abre, encontra-se assim à vontade para valorizar esta *self-reliance*, mostrando os seus fundamentos humanos, como também as suas exigências. Insiste, contudo, com igual empenho, que a solidariedade esperada não pode ser atingida se não permanece, desde o início, uma fonte insubstituível da ação.

No âmbito da missão confiada à Comissão Pontifícia Iustitia et Pax, esta brochura quer ser um instrumento de trabalho para grupos muito diversos:

- Partimos de uma observação, do eco que o tema da *self-reliance* encontra em diversos países e em conferências internacionais. Sem analisar pormenoradamente um tal « modelo » de desenvolvimento *self-reliant* em vias de experimentação em tal ou tal país, sem nos determos nas diferentes construções ideológicas nas quais o tema é elaborado aqui e ali, procuramos fazer sobressair traços comuns e permanentes desta corrente de pensamento e de ação.
- Inserimos no debate os elementos do património doutrinal da Igreja que podem esclarecê-lo e encontrar por sua vez, nesta confrontação, novos desenvolvimentos. Não se trata de abonar através dos textos do Magistério qualquer modelo de organização social, nem se pretende deduzir a partir deles um modelo perfeito (ver Paulo VI, *Octogesima adveniens*, n. 42). Mas, vivendo com o nosso tempo, escutando as suas aspirações, é conveniente regressar às nossas próprias fontes, aprofundar as nossas convicções. Poderemos, assim, mais livre e generosamente, participar num esforço comum em que, homens entre os homens, partilhamos as incertezas, as tentativas, os fervores e os riscos.

Caberá aos grupos que se reunirão ao nosso esforço investigativo, retomar de modo mais preciso e mais concreto, no âmbito das Igrejas particulares, a partir das suas respectivas situações, a análise que aqui lançamos de aprofundar e de pôr em prática os ensinamentos do Magistério, segundo as diretrizes que Paulo VI deu na *Octogesima adveniens*, n. 4. A Comissão Pontifícia receberá de bom grado todas as contribuições e sugestões susceptíveis de alargar esta investigação no momento em que a comunidade internacional se esforça por definir as orientações de um « terceiro decénio para o desenvolvimento ».

Quatro proposições enquadrarão as nossas reflexões

1. A self-reliance é um elemento motriz decisivo para a construção de uma nova ordem internacional;
2. penetra e anima todos os domínios da atividade humana implicados numa tal construção;
3. educa-se sem cessar e encontra o seu impulso nas comunidades humanas elementares capazes de se determinarem e conduzirem a si próprias;
4. o horizonte de solidariedade universal em direção ao qual avança não é contudo um objetivo longínquo e estático: constitui por si próprio uma força de atração e de coesão para os esforços dos grupos e dos povos; o que equivale a dizer que este capítulo é indispensável para o equilíbrio de conjunto de uma investigação que o requer como o seu complemento e que, desde o início, se ilumina com a sua perspectiva.

I. A *SELF-RELIANCE*, UM DINAMISMO REGULADOR

A *self-reliance* não significa um voltar-se para si, um isolamento, mas um regressar ao sujeito e ao seu dinamismo. A conotação é eminentemente positiva. O alcance pleno do conceito mostra-se menos na palavra abstrata (*self-reliance*) do que no adjetivo (*self-reliant*) ligado à palavra *desenvolvimento* e recebendo dela o seu conteúdo. Acentua-se o desenvolvimento. Mas para que haja desenvolvimento autêntico e não simples acumulação de elementos estranhos, deve provir do interior de um homem, de um povo, de uma tradição. O que se exprime além disso fortemente na palavra, é a noção de *responsabilidade*, a vontade de um povo em assumir a responsabilidade principal do seu desenvolvimento, em ser responsável e não tratado de maneira « paternalista ». « Contar consigo ». E o que, visto à escala de um povo – *mutatis mutandis* – a *Populorum Progressio* diz de cada homem.

Nos desígnios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se porque toda a vida é vocação. É dado a todos, em gérmen, desde o nascimento, uma conjunto de aptidões e de qualidades para as fazer render: desenvolvias será fruto da educação recebida do meio ambiente e do esforço pessoal, e permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe propõe o Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável tanto pelo seu crescimento como pela sua salvação. Ajudado, por vezes constrangido, por aqueles que o educam e rodeiam, cada um, sejam quais forem as influências que sobre ele se exerçam permanece o artífice principal do seu êxito ou do seu fracasso: apenas com o esforço da inteligência e da von-

tade, pode cada homem crescer em humanidade, valer mais, ser mais (*Populorum Progressio*, n. 15).

Para orientar imediatamente a inteligência na direção justa, pode ajudar-nos uma imagem, a do *organismo vivo* – efetuando contudo as transposições necessárias para não fazer de uma coletividade humana uma espécie de ser vivo superior que não respeitasse o carácter pessoal irredutível de cada um dos seus membros. Tendo em conta esta observação, podemos comparar um povo a um organismo vivo: este, certamente, não pode desenvolver-se senão numa troca incessante com o seu ambiente, com os outros povos, mas- e é isto que caracteriza o ser vivo – *leva em si próprio o princípio vital do seu crescimento*. Este princípio vital é ao mesmo tempo:

- a) fonte original de dinamismo;
- b) regulador interno que integra e assimila as apartações de fora segundo a sua lei específica de crescimento e de desenvolvimento, que assegura o desenvolvimento ordenado de todos os aspectos, materiais e não materiais, do património de um povo;
- c) abertura aos outros povos e a uma solidariedade cujo horizonte é a humanidade inteira e o seu universo.

Para precisar ainda o aspecto *humano* deste princípio vital, dizemos que se trata não de um princípio vital próprio do reino vegetal ou animal, mas de um princípio vital que é da ordem da *liberdade*. É por uma ação voluntária e racional que um povo toma consciência da sua lei de desenvolvimento e a põe em prática como uma capacidade, um poder. A *self-reliance* significa, pois, um princípio vital interno que tende a exercer-se como um poder; é a capacidade sempre crescente de um povo em assumir o seu passado, decidir do seu futuro e contribuir em base de igualdade, para a construção do conjunto do universo e da humanidade nos quais está inserido.

A abertura aos outros e a solidariedade estão portanto presentes desde o princípio. Como um horizonte. Mas também como um « meio-portador »: a solidariedade torna possível e alimenta o

dinamismo da *self-reliance*. À medida que a *self-reliance* cresce, a *pró-pria solidariedade desenvolve-se*, aprofunda-se, torna-se mais consciente e mais voluntária, toma forma em sistemas institucionais complexos, apropria-se de meios que amplificam e harmonizam os esforços dos diferentes povos, dá coesão, *rosto e alma* à nova ordem internacional. Mas, precisamente, uma tal solidariedade desenvolvida é esperada como o fruto do esforço de povos que inscrevem na obra comum a marca das suas diferentes personalidades, graças à *self-reliance*. Trata-se da *self-reliance* bem compreendida, da conjunção livre e voluntária dos desenvolvimentos responsáveis e *self-reliant* dos diversos povos que, de uma solidariedade de facto, por vezes informe e incoativa, faz uma solidariedade consciente, orgânica e viva, expressiva da unidade da família humana.

II. O ITINERÁRIO DA *SELF-RELIANCE*

Vamos examinar agora mais em pormenor como a *self-reliance* se desenvolve, como se modifica e enriquece à medida que penetra em realidades económicas, culturais e políticas sempre mais complexas. Traduz-se sucessivamente nas expressões seguintes:

- *domínio do espaço* (terrestre e marítimo) no qual se insere um povo, com as riquezas de todas as ordens que contém;
- *autossuficiência* em matéria alimentar e para as necessidades vitais essenciais;
- carácter *autocentrado* da economia mais complexa (industrial) que cada povo é chamado a construir;
- *desenvolvimento endógeno*, que situa o crescimento económico numa realização plena da vocação sociocultural de um povo;
- *independência política* como englobante e integrante de todos os aspectos precedentes.

1. *Domínio do espaço nacional e das suas riquezas*

Na base do processo de *self-reliance*, ao mesmo tempo concisão material da sua possibilidade e já primeira expressão da sua realidade: *o domínio, por parte de cada povo, do seu espaço terrestre e marítimo com as riquezas que contém*; o domínio do que a geografia põe à sua disposição e confia de algum modo à sua gestão responsável: riquezas vegetais, minerais, fontes de energia...

Um tal domínio implica já uma *responsabilidade*: que o país se preocupe em explorar as suas riquezas – ou em preparar a sua exploração – de um modo eficaz, racional, e que prevê o futuro. Problemas do meio-ambiente, da poluição, da reserva de espaços

marítimos contíguos que outros, melhor equipados no imediato, estariam mais aptos para explorar em seu próprio benefício.

Esta reivindicação em favor da apropriação *particular* – da parte de cada nação – de riquezas que aliás, fazem parte do *património comum da humanidade*, encontra a argumentação tradicionalmente utilizada para justificar a apropriação *privada* de bens os quais, por outro lado, fazem parte de um *património comum da nação*: zona de liberdade para cada povo contra as constrangimentos da necessidade e, sobretudo, contra a ingerência proveniente de outros povos ou de um poder mundial abusivo; zona de responsabilidade e de exploração eficaz, ao encontro de uma gestão indivisa, vida burocrática e monopolizada por aqueles que dominariam as instâncias mundiais; no fundo, condição de possibilidade de uma verdadeira *self-reliance*. Todos os governos sustém esta linguagem, quaisquer que sejam por outro lado as ideologias a que se referem. Trata-se de facto, de um princípio de organização social que tem valor permanente. A Igreja reconhece a sua validade, hoje como ontem. Chama a atenção, contudo, inconsistentemente para a sua função social: já mostrámos na nossa precedente brochura, ***O destino universal dos bens***, que o princípio superior do destino universal acompanha e rege toda a apropriação particular, mesmo nacional, e que exige além disso o respeito ou a reconstituição de patrimónios comuns onde se exprime e se educa uma solidariedade mais imediata dos povos, de modo particular no que se refere ao alto mar (ver mais adiante IV, 2).

2. Autossuficiência em matéria alimentar e para as necessidades vitais essenciais

Na base do que acabamos de ver, a *self-reliance* como *processo dinâmico* começa com o esforço de um povo para se alimentar e para responder às suas necessidades vitais essenciais, materiais e espirituais: saúde, habitat, vestuário, alfabetização. Neste nível, a *self-*

reliance significa uma relativa mas real *autossuficiência*: que cada povo possa produzir o mais possível a sua própria alimentação e reduzir ao mínimo a sua dependência em relação aos outros para as suas necessidades vitais essenciais.

Deste modo, um povo assegura para si próprio um *espaço de liberdade contra a necessidade*: passa o limiar para além do qual pode verdadeiramente desenvolver-se a sua aventura humana. Assegura para si um *espaço de liberdade contra a ingerência dos outros países*. Só países já ricos e poderosos – como, por exemplo, a Inglaterra no século passado – podem permitir-se o luxo de depender dos outros para a sua alimentação, sem hipotecar irremediavelmente a sua liberdade e a sua dignidade. Certamente, e é este um dos traços positivos da vida internacional de hoje, os casos extremos de penúria alimentar suscitam movimentos de solidariedade de grande amplitude. Mas a dependência alimentar habitual constitui um encargo muito pesado para os países pobres preocupados em reequilibrar a sua balança comercial e expõe-los à pressão política e ideológica daqueles que os ajudam.

Um processo *self-reliant* exige que *no interior de cada povo* em questão, se preste uma atenção continuada às grandes *massas rurais* que, no terceiro mundo, e globalmente no mundo em geral, constituem a maioria da população: que se favoreçam as suas técnicas, os seus quadros socioculturais, o seu nível de vida, formas ao mesmo tempo tradicionais e modernas de solidariedade. Se tal não acontece, a economia desloca o tecido social, conduz a migrações internas e externas desumanas, ruinosas até economicamente. Reagindo contra uma opinião ocidental fechada nos seus próprios problemas, João XXIII não hesitava, a partir de 1961, em sublinhar, na *Mater et Magistra* que, à escala mundial, o problema social mais urgente era o do desequilíbrio entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, e muito particularmente aquele de que sofrem as massas rurais. Dai o capítulo importante consagrado à economia agrícola (Ed. Tip. Poliglotta Vaticana, 1961, p. 40 et ss. ; ver também *Gaudium et Spes*, n. 71, paragrafo 6).

A *self-reliance* assim compreendida é um *elemento de saúde* para a economia mundial inteira: sempre que a ajuda internacional se orienta para a eliminação da pobreza absoluta, sempre que se dá por objetivo prioritário permitir a todos os povos o acesso mais rápido possível ao estádio em que a autossuficiência alimentar liberta as suas energias latentes, ela contribui de facto para fazer deles agentes dinâmicos do esforço comum. Países pobres que se empenham nesta via podem encontrar nela coesão social, dinamismo e alegria de viver, ali onde a procura da maior taxa de crescimento de um produto nacional abstrato impõe disciplinas excessivas e faz já aparecer novas classes de privilegiados. De resto, as economias ricas fundadas no desperdício asseguram cada vez menos a verdadeira felicidade dos seus povos. Paul VI dizia, a 14 de Novembro de 1975, aos participantes da Conferência da FAO

« De facto, nas pesquisas em curso, vós interessais-vos directamente pela parte mais numerosa e muitas vezes mais desprezada e esquecida da humanidade: o mundo rural, de modo particular o do Terceiro Mundo. Em seguida, e isto pode parecer paradoxal, a tarefa económica elementar que consiste em alimentar os homens constitui um precioso regulador para toda a vida económica: essa tarefa salienta o escândalo dos desperdícios cujo carácter intolerável as consciências percebem melhor no momento em que inúmeros seres humanos morrem de fome; orienta os esforços para as necessidades verdadeiras, onde demasiado frequentemente a economia é estimulada e desviada por necessidades factícias » (*L'Osservatore Romano*, ed. portuguesa, 23 de Novembro de 1975).

Autossuficiência não quer dizer autarquia. Já a este nível de economia alimentar, a *self-reliance* implica abertura, atrai solidariedades mais largas. Existem verdadeiramente países hoje cuja situação climática e os solos não permitem pensar numa autossuficiência alimentar, sobretudo se se considera que baseando-se sómente nas culturas do país, se expõem a fenómenos de carência muito graves na composição do regime alimentar. Não haverá ge-

ralmente autossuficiência a nível nacional, mas a um nível regional: self-reliance coletiva. Os esforços para realizar uma substancial autossuficiência alimentar são particularmente aptos para desenvolver laços de solidariedade profundos e realistas, tecnológicos e humanos, entre países pobres empenhados na mesma tarefa. Enfim, mesmo regionalmente, a autossuficiência alimentar raramente será total e solidariedades regionais devem inscrever-se por sua vez em solidariedades mais largas, particularmente com os países cuja agricultura oferece possibilidades excepcionais.

3. Economia autocentrada

Procurar prioritariamente a autossuficiência alimentar não significa querer acantonar as economias dos países pobres na agricultura ou reenviar para mais tarde o desenvolvimento de uma economia industrial. Para fazer frente às necessidades alimentares e ao desenvolvimento rural, uma *economia mais complexa*, de tipo industrial, é aliás uma necessidade. A *Populorum Progressio* sublinha-o claramente (nn. 25 et ss.).

Uma tal economia mais complexa não pode ter – e não tem interesse em procurar – o mesmo grau de autossuficiência da economia agrícola. Aqui, o princípio de *self-reliance* significa algo de mais *qualitativo*: que a economia de cada país encontre, liberte e frutifique e seu princípio interno de coerência, de regulamentação e de crescimento; *economia de self-reliance significa economia autocentrada*.

Enquanto uma economia não tem um tal princípio interno de regulamentação, é em extremo *vulnerável*, exposta a manipulações externas de que é objeto e sobre as quais não tem nenhum poder. Pode muito bem conhecer fases e sectores de crescimento, por vezes mesmo bastante amplos, mas que finalmente, a desequilibram sempre mais, desequilibram o tecido sociocultural do país, preparando crises enormes. *Crescimento canceroso*.

Para atingir este estado de *self-reliance*, mais qualitativo, os *intercâmbios* com outras economias são uma necessidade imperiosa – o que mostra de novo que a *self-reliance* é diversa de uma autarquia. Intercâmbios *diversificados*, para que a economia de um país não seja demasiado exclusivamente fundada sobre alguns produtos, ou demasiado dependente de alguns parceiros, de modo particular de um parceiro dominante ou de um sistema económico único. Mas, através destes intercâmbios, o objetivo deve ser o de diversificar as produções dos países pobres, de aumentar a sua parte na transformação dos seus produtos primários, nos transportes, no comércio dos produtos transformados, na aquisição de técnicas modernas, no acesso ás reservas monetárias mundiais...

O princípio interno de crescimento não se fortificara a não ser que uma economia do terceiro mundo beneficie por um tempo de *proteções* nas fronteiras, de apoios à exportação, entrando assim progressivamente numa *confrontação* exigente com as outras economias. Não entregar a economia a uma concorrência cega – que não tem nada de « natural » – mas *construir espaços económicos, construir campos e regras de concorrência que dão oportunidades reais a todos*, tendo em conta as fases de desenvolvimento atingidas (ver P.P., ns. 58–61). Isto supõe particularmente: uma *self-reliance coletiva* entre países pobres; uma *força contratual* adequada graças à « proteção » das instâncias da ONU e das *negociações multilaterais*; novos tipos de solidariedade e de *coligações* com diferentes categorias de populações dos países ricos (entre países produtores pobres e consumidores dos países ricos, por exemplo).

4. Desenvolvimento endógeno

O *crescimento económico*, tendo embora um centro de integração específico – de ordem económica – é, por sua vez, interior a um *desenvolvimento* mais geral e depende finalmente de um centro de integração mais decisivo, de ordem sociocultural. Notamo-lo um

pouco por toda a parte, mesmo que tenhamos dificuldade em nos libertarmos de uma lógica principalmente económica. Sobre este ponto, a *Populorum Progressio* contribuiu muito para a ênfase dada a uma noção de *desenvolvimento* que, certamente, inclui o crescimento económico e tecnológico, mas não se reduz a ele e encontra no homem, considerado na sua totalidade, o seu dinamismo e as suas orientações decisivas. João XXIII tinha decididamente aberto o caminho:

Os progressos científicos e técnicos, o desenvolvimento económico, as melhorias nas condições de vida, constituem sem dúvida elementos positivos duma civilização. Mas devemos lembrar-nos de que não são, nem podem ser, valores supremos; em comparação destes, revestem essencialmente o carácter de puros meios. Observamos com amargura que, nos países economicamente desenvolvidos, existem não poucos homens em que se foi extinguindo e se apagou, ou se inverteu, a consciência da jerarquia dos valores. Os valores do espírito descuram-se, esquecem-se ou negam-se; ao passo que os progressos das ciências e das técnicas, o desenvolvimento económico e o bem-estar material se apregoam e defendem como bens superiores a tudo e são até exaltados à categoria de razão única da vida. Esta mentalidade constitui um dos mais deletérios dissolventes na cooperação que os povos economicamente desenvolvidos prestam aos povos em fase evolutiva: estes, por antiga tradição, não raras vezes conservam ainda viva e operante a consciência de alguns dos mais importantes valores humanos essencialmente imoral atentar contra esta consciência: deve ser respeitada e, quanto possível, iluminada e aperfeiçoada, para continuar a ser o que é: fundamento da verdadeira civilização (*Mater et Magistra*, ed. Tip. Poliglotta Vaticana, 1961, p. 44-45).

Com este alargamento de perspectiva e este aprofundamento, o carácter *qualitativo* da *self-reliance* é cada vez mais acentuado: esta liberta energias e potencialidades que impedem o nívelamento unidimensional de uma civilização. Aqui, *self-reliance* significa que o

país entende contar com o *dynamismo humano que lhe vem normalmente do conjunto da sua herança sociocultural. Desenvolvimento endógeno*, baseado numa tradição, na liberdade para um país de decidir do seu próprio modelo económico e social, na sua capacidade de decidir e de orientar ele próprio o seu futuro. A *self-reliance* está profundamente ligada a uma análise séria das necessidades, tanto materiais como espirituais, de um povo e ela facilita em contrapartida uma tal análise. Orienta em direção da procura destes novos « estilos de vida » que estão em jogo em toda a parte e de que é urgente propor os caminhos.

Esta dimensão cultural da *self-reliance* é o melhor *antídoto contra o risco de homogeneização* e de massificação da humanidade atual. Significa *pluralismo, diversidade* de modelos de desenvolvimento, de desenvolvimento das diferentes personalidades dos povos.

Assim à medida que se sublinha mais o aspecto qualitativo da *self-reliance*, os *intercâmbios* entre os povos mais seguros da sua personalidade, tornam-se mais necessários e mais fáceis. Tais intercâmbios podem então ser « digeridos », fecundar a herança própria, desenvolver a personalidade própria na abertura aos outros. Aqui está todo o problema do encontro das culturas, da circulação livre das ideias (*Acordos de Helsinque*, em 1975). Todo o problema também da assimilação em profundidade das técnicas importadas – muito diferente de uma simples transferência de técnicas – que vêm fecundar a criatividade própria em vez de a abafar. E isto exige uma política consciente, a criação de centros de investigação, científicos e técnicos, nacionais ou regionais.

A entrada numa confrontação cultural mais universal deixa espaço livre para o desenvolvimento de uma *solidariedade mais imediata entre países pobres. Self-reliance coletiva dos países do terceiro mundo*. Sobre o modelo da solidariedade que permitiu aos assalariados dos países industriais obter, quantitativa e qualitativamente, um peso específico mais importante para pesar sobre a evolução económica, social e cultural destes países.

5. Independência política

É finalmente a independência política que constitui ao mesmo tempo a *condição* histórica decisiva e expressão mais desenvolvida da *self-reliance* de um povo.

Ela *foi-o* grandemente para os *países industrializados*. Os países em vias de desenvolvimento apelam espontaneamente para a noção de soberania nacional, não por um simples reflexo de imitação, mas por razões mais fundamentais e mais duradouras. A soberania nacional aparece-lhes ao mesmo tempo como o *ponto de partida* da sua aventura própria – a descolonização política como ponto prévio – e como um *objetivo* a construir. Inicialmente « formal » – o que é já algo de precioso – a soberania nacional deve adquirir progressivamente o seu pleno conteúdo, precisamente pelas diferentes etapas de um desenvolvimento *self-reliant* que acabámos de percorrer mostrando o seu encadeamento.

Os Estados têm direito à existência, ao desenvolvimento, a disporem dos recursos necessários para o mesmo, e a desempenharem o papel preponderante na sua realização. Os Estados têm igualmente direito ao bom nome e à devida estima (*Pacem in Terris*, ed. Tip. Poliglotta Vaticana, 1963, p. 21).

Nunca se insistirá demasiado na necessidade de atuar a referida cooperação de tal maneira que esses povos conservem incólume a própria liberdade e sintam que, nesse desenvolvimento económico e social, são eles quem desempenha o papel preponderante e sobre quem recai a principal responsabilidade (*Pacem in Terris*, ed. Tip. Poliglotta Vaticana, 1963, p. 26; ver também p. 11, 22, 25 e 29).

A soberania afirma e protege a *personalidade de um povo face aos outros povos e no conjunto da família humana*. Povos mais serenamente conscientes da sua personalidade própria e que se sentem lealmente reconhecidos pelos outros, tornam-se mais aptos para se com-

prometerem em solidariedades mais largas e mais profundas, num certo superamento – que não é traição – da sua soberania. Aqui ainda, *self-reliance* implica, longe de excluir, *abertura* aos outros. Não é nem centrar-se sobre si próprio, nem isolacionismo, nem autarquia, mas encontro entre povos iguais.

Uma tal abertura, contudo, não é automática, por mais que a torne necessária a interdependência universal na mesma «nave espacial-terra». Não tem possibilidades de se realizar a não ser que as aberturas evocadas às diversas etapas do desenvolvimento *self-reliant* se realizem efetivamente. Sem o quê, a globalização da *self-reliance* na soberania nacional não será mais do que uma temível globalização de todas as formas de centralização em si própria e uma perigosa acumulação de egoísmos e de agressividades. O risco não é pequeno hoje de ver o autêntico sentido nacional endu-recer-se em ideologia nacionalista, e a independência nacional em exaltação do Estado. A história do Estado-nação está infestada de ambiguidades terríveis a que não escapa a exaltação atual da soberania nacional: um conceito de soberania ilimitada; uma extinção, numa unidade de uniformidade, dos legítimos particularismos regionais. As antigas nações encontram neste facto fontes sempre renascentes de tensões e de revoltas. Se a sabedoria política justifica a extrema sensibilidade dos países novos perante o facto de se porem em causa, pela força, fronteiras largamente artificiais, deveria também inspirar progressivamente revisões pacíficas nos lugares em que etnias são despedaçadas e onde as integrações se arriscam a ser demasiado difíceis, demasiado longas, a camuflar até novas opressões pelos grupos dominantes. Para enfrentar estes esco-lhos, é necessário que o *horizonte da solidariedade* em direção ao qual avança uma *self-reliance* bem compreendida, venha ele próprio ao encontro dos esforços em curso e constitua uma *força ativa*, específica, de atração e de coesão para esses esforços. Se não existe verdadeira solidariedade humana senão construída pelos povos livres e responsáveis (*self-reliant*), a autêntica personalidade dos povos, por sua vez, não pode desenvolver-se se a solidariedade mundial

for deixada para amanhã, se não atua já desde agora nos espíritos e suscita as estruturas comuns que a exprimem.

Será portanto útil refazer agora, sob a iluminação e dependência da solidariedade, o itinerário que acabamos de percorrer sob a iluminação e dependência da *self-reliance*. Isto será para nós tanto mais fácil, na medida em que previamente pusermos em evidência, ali onde se exprime com mais força – nas comunidades humanas elementares – o laço interno que liga *self-reliance* e solidariedade.

III. SELF-RELIANCE E PARTICIPAÇÃO AO NIVEL LOCAL

O movimento intelectual que trata da *self-reliance* na vida *internacional* remete, de maneira significativa e insistente, para as *condições internas* da vida dos povos: se a *self-reliance* segue o seu caminho através de sociedades sempre cada vez mais largas e complexas, é ao nível das comunidades humanas elementares que ela começa sem cessar a sua aventura e encontra o seu ímpeto e orientação. É a este nível também que melhor aparece o seu carácter eminentemente social, o seu carácter participativo, o seu laço interno com a solidariedade entre os homens. O projeto RIO (*Reshaping the International Order*) nota-o em termos excelentes:

É contudo ao nível local que um desenvolvimento *self-reliant* adquire a sua plena significação, sempre que comunidades locais são plenamente capazes de a praticar. A participação a nível local é uma condição prévia para fazer surgir cidadãos ativos e conscientes, o que é por sua vez uma condição prévia para que nasçam ativos cidadãos do mundo. São as ocasiões de exercer poder e influência a nível local que suscitam um interesse real para as tarefas internacionais. Self-reliance ao nível local implica descentralização – política, económica e administrativa – e, finalmente, desenvolvimento de pequenas comunidades capazes de se determinarem e conduzirem elas próprias (tradução portuguesa da CPJP).

O debate internacional abre de novo, a uma nova luz, todos os debates sócio-políticos internos dos povos, um domínio onde a Igreja acumulou uma experiência fecunda que importa atualizar. Tanto mais que, por detrás das generosas afirmações de princípio,

muitos países, antigos ou novos, estão longe de se empenhar seriamente com as exigências da *self-reliance* na sua própria vida interna.

1. A participação na vida económica

Os países que aspiram ao domínio do seu espaço nacional e das suas riquezas, a uma autossuficiência em matéria alimentar e para as necessidades vitais essenciais, a uma economia autocentrada, terão uma autoridade moral tanto mais forte para apelar para a solidariedade mundial, quanto se mostrarem capazes de *fazer participar todos os seus cidadãos* nestes benefícios. Sobretudo, já não se contentam com fazer recuar as pressões externas que pesam sobre o seu crescimento: libertam as energias internas de que este recebe os seus impulsos decisivos.

Isto supõe uma ativa política de redistribuição dos rendimentos: participação *quantitativa*. A Igreja não tem aqui, mais do que noutras campos, uma solução universal já feita para propor. Mas a sua doutrina bem compreendida e proposta com coragem pode contribuir poderosamente para desfazer preconceitos que blocam a busca das necessárias inovações e abrir vias originais.

Assim, o seu ensinamento sobre *os bens materiais* visa assegurar a todos uma participação real na riqueza nacional; através das vias complementares da apropriação privada (individual e social) e da gestão pública de certos elementos do património comum, debaixo do princípio superior do destino universal dos bens. Já fizemos referência a este ensinamento na nossa precedente brochura sobre ***O destino universal dos bens***. Será frutuosa uma referência ás fontes mais recentes onde o magistério social da Igreja formula esta doutrina em termos modernos (*Populorum Progressio*, ns. 23-24; *Gaudium et Spes*, ns. 69-71; *Mater et Magistra*, 2a parte, cap. V: A propriedade particular).

Igualmente, o ensinamento sobre *a justa remuneração do trabalho*: de etapa em etapa, desde a *Rerum novarum*, o Magistério atualizou esta noção muito antiga, não para determinar ela próprio – não é da sua competência – o montante que toca a cada um, mas para reintroduzir, contra o pensamento liberal atento unicamente ao rendimento, as componentes que devem ser tomadas em consideração se se quer realizar a justiça neste domínio complexo: possibilidade de viver *humanamente* do fruto do seu trabalho, de enfrentar as responsabilidades *familiares*, de se assegurar contra os *riscos* da existência, presentes e futuros, de participar nos *investimentos produtivos* pelos quais uma geração exerce as suas responsabilidades para com as gerações futuras, de ver recompensado o *esforço pessoal*... A Igreja não hesitou em encorajar, por vezes muito concretamente, a busca de caminhos novos que a complexidade crescente das economias tornava necessários para atingir eficazmente estas finalidades: abonos familiares (trata-se de um contributo especificamente cristão), seguros e sistemas mais complexos de segurança social (ver, por exemplo, G.S., n. 69, par. 2), interesse nela nos investimentos produtivos (ver *Mater et Magistra*, preconizando um crédito dos trabalhadores sobre o autofinanciamento, II parte, c. III: a remuneração do trabalho)... Tudo isto permanecendo dentro da ideia de que a remuneração do trabalho, quaisquer que sejam as modalidades consideradas para o organizar, deveria analisar-se como uma *participação real nos frutos do esforço comum*, ao nível da empresa e da economia nacional inteira. Enfim, para ter uma verdadeira oportunidade de determinar concretamente o montante da remuneração justa, insistência sobre a possibilidade, para as diversas categorias interessadas, de poder, por contratos verdadeiramente livres, discutir os seus termos e evoluções. Ainda aqui, há todo o interesse em regressar às fontes nas quais o Magistério propõe a sua doutrina: as mais recentes em primeiro lugar (acabamos de as assinalar), porque mais próximas da atualidade, mas também as mais antigas, para colher o dinamismo vivo desta doutrina (assim: *Rerum novarum*, n. 34; *Quadragesimo anno*, ns. 70-82).

Condicionando esta participação « quantitativa », a insistência recai principalmente sobre a *participação « qualitativa »*: a possibilidade real, tendo em conta as condições modernas da economia e do nível cultural geral, de participar ativamente na organização do trabalho e da vida económica a todos os níveis. As citações são aqui inúteis, de tal modo esta preocupação é central em todos os documentos e os penetra inteiramente. Basta reenviar para a *Gaudium et Spes* (ns. 65, 67, 68 entre outros) e *Mater et Magistra* (II parte, cap. IV: a empresa).

Assimilando este património doutrinal, os cristãos terão o espírito livre para contribuir, na diversidade das situações em que se encontram, para as iniciativas inovadoras que permitirão, a partir das células económicas mais elementares, desenvolver um espírito e estruturas de participação e de *self-reliance* que hão de penetrar e orientar a economia inteira.

2. *O tecido dos corpos intermédios*

Não é só a economia, é toda a vida social, cultural, política que, por estar ao serviço do homem, se deve submeter ao controlo ativo e solidário dos homens. Uma das taras mais profundas do liberalismo das origens, foi a de minimizar a vida associativa e o seu carácter profundamente humano, a de deslocar o que existia, e de impedir e depois travar o nascimento de formas novas adaptadas às necessidades do tempo. A *Rerum novarum* atacou-o vigorosamente sobre este ponto e, defendendo as associações profissionais, pôs em evidência razões fundamentais que valem para todas as espécies de associações. Mesmo se a linguagem « está datada », o pensamento que aí se exprime tem uma força excepcional:

O direito à existência foi-lhes (às sociedades privadas) outorgado pela própria natureza, e a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural, não para o aniquilar... (*Rerum novarum*, tradução portuguesa da CPJP).

Que o Estado proteja estas sociedades fundadas segundo o direito: que, contudo, não se imiscua no seu governo interno, e não toque nos recursos íntimos que lhe dão vida; porque o movimento vital procede essencialmente de um princípio interior, e extingue-se muito facilmente sob a ação de uma causa externa (*Rerum novarum*, tradução portuguesa da CPJP).

Sobre este ponto preciso, o liberalismo moderno evoluiu e, tanto sob pressão como por convicção, tomou geralmente consciência da socialização (no sentido de uma multiplicação em extensão e em profundidade dos laços sociais) e reconheceu amplas liberdades associativas. Muito mais que os regimes comunistas onde o domínio do partido e do Estado impede toda a associação livre, quer seja sindical, política, cultural ou religiosa. Mas em toda a parte, num mundo marcado por uma expansão urbana não dominada, as pressões centralizadoras – de origem tecnológica, administrativa, política e económica – tendem a limitar os poderes reais das associações livres e, mais grave ainda, a desencorajar qualquer iniciativa para as criar. Uma certa politização excessiva conduz a este mesmo desencorajamento: a percepção, justa, de que toda a ação social tem uma dimensão política, conduziu muitas vezes à conclusão, errada, de que tudo se reabsorve na política, que tudo recebe unicamente dela a sua eficácia, os seus « títulos de nobreza » e a sua orientação.

É, contudo, perceptível, um forte movimento para reagir contra esta evolução e refazer comunidades humanas. Paulo VI, a partir da observação dos factos e da continuidade da doutrina católica permanente sobre a importância dos corpos intermédios, encoraja-o sem reticências na *Octogesima Adveniens*:

Torna-se urgente reconstituir, à escala da rua, do bairro, ou do aglomerado ainda maior, aquela rede social em que o homem possa satisfazer as necessidades da sua personalidade. Têm de ser criados centros de interesse e de cultura ou têm de ser desenvolvidas se já existem, ao nível das comunidades e das paróquias, naquelas diversas formas de associação, naqueles

círculos de recreação, naqueles lugares de reunião, naqueles encontros espirituais comunitários, etc., em que cada um possa sair do isolamento e tornar a criar relações fraternas (n. 11, par. 2).

3. O princípio de subsidiariedade

Em tudo isto, o pensamento da Igreja regressa sempre ao «princípio de subsidiariedade», tal como foi formulado na *Quadragesimo anno* e retomado na *Mater et Magistra*:

A ação desses poderes, que deve ter carácter de orientação, de estímulo, de coordenação, de suplência e de integração, há de inspirar-se no princípio de subsidiariedade formulado por Pio XI na Encíclica *Quadragesimo anno*: Deve contudo manter-se firme o princípio importantíssimo em filosofia social: do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos, a fim de o transferir para a comunidade, aquilo que eles podem realizar com as forças e a indústria que possuem, é também injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Isto seria, ao mesmo tempo, grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; porque o objeto natural de qualquer intervenção da mesma sociedade é ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social, e não destruí-los e absorvê-los (*Mater et Magistra*, II parte, cap. I: Iniciativa pessoal e intervenção dos poderes públicos).

Trata-se de um *princípio diretor*, prático, que não pressupõe soluções concretas adaptadas a cada situação e cujos contornos devem ser desenhados a partir de uma análise séria das situações e a partir da experiência.

A ideia central: tudo repousa sobre o dinamismo que vem das pessoas e dos agrupamentos sempre cada vez mais largos e complexos nos quais elas estão inseridas; a totalidade da construção

social recebe sem cessar o seu impulso dos homens e não prioritariamente das estruturas.

O princípio de subsidiariedade implica *que se resista à tendência espontânea de tudo centralizar* e de tudo programar autoritariamente do alto. As comunidades intermediárias têm, a títulos diferentes, responsabilidades próprias que não se devem analisar como uma « concessão » do poder político: este deve reconhecer-las, ajudá-las, não se substituir a elas.

Não é preciso contudo representar-se este movimento que vai das pessoas às formas de organizações sociais sempre cada vez mais vastas, como se, à partida, se tivessem pessoas plenamente constituídas na sua personalidade. Estas não construiriam sociedades sempre mais elaboradas – e finalmente políticas – senão para obter vantagens que o indivíduo ou o grupo de nível inferior não podem obter por si próprios, mas que seriam bastante exteriores ao desenvolvimento das pessoas. Na realidade, desde o começo, a pessoa é *social*, implicada de facto numa cultura e numa organização social elaborada. De certo modo, vendo as coisas na sua *evolução temporal*, a sociedade e a sua cultura são primárias em relação ao indivíduo que nelas nasce: a pessoa só se afirma progressivamente, graças a este meio-portador.

A prioridade que o princípio de subsidiariedade reconhece à pessoa e aos agrupamentos que ela constitui, é de uma outra ordem, *qualitativa*. Afirma que toda a construção social e a sua evolução devem ser orientadas para servir o dinamismo das pessoas – recebem aliás a sua vida das pessoas que as animam.

A palavra *subsidiariedade* é enganosa. Interpreta-se por vezes no sentido de « secundário »: a construção social sempre cada vez mais complexa não seria essencial e, em última análise, poder-se-ia prescindir dela, pelo menos nas suas formas mais globais, políticas. Para perceber bem a palavra, é preciso considerar a sua raiz latina: *subsidium, ajuda*. Significa então que a sociedade mais complexa, isto é, política, deve ter em vista ajudar – é a palavra empregada pelo Papa, no fim do texto acima citado – as sociedades mais

elementares e as pessoas; não se substituir a elas; ajudá-las no seu dinamismo de liberdade, procurar facilitar este dinamismo de liberdade, criar as condições gerais que favorecem este dinamismo na solidariedade. Ajudar, numa palavra, as pessoas e os grupos intermédios a libertarem o seu próprio centro de coesão e de vida.

E é por isso que *o papel da sociedade mais englobante, política*, não é de modo nenhum secundário. É *necessário e essencial*. Caracteriza-se aliás por uma série de verbos muito ativos: «encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar», entre os quais o verbo «suprir» (substituir em caso de deficiência) não é o mais importante.

O princípio de subsidiariedade, central na doutrina da Igreja, diz em definitivo que toda a construção social se faz para o homem e a partir do homem:

A solidariedade universal vivente constrói-se gradualmente a partir das solidariedades mais imediatas em que os homens e os povos desenvolvem a sua personalidade segundo a sua criatividade própria, no meio de que eles têm mais particularmente a responsabilidade, no movimento de uma história que lhes permite recolher a herança cultural das gerações passadas e investi-la em construções novas... Mas é necessário abrir infatigavelmente os grupos particulares para o horizonte de solidariedades mais amplas... (discurso de Paulo VI aos participantes da Conferência da FAO, 14 de Novembro de 1975; *L'Osservatore Romano*, ed. portuguesa, 23 de Novembro de 1975).

IV. O HORIZONTE DA SOLIDARIEDADE

1. *Self-reliance e solidariedade: uma tensão secunda*

Já notámos ao começo, que o processo da *self-reliance* não se pode desenvolver senão no meio portador da solidariedade. Alimenta-se da solidariedade e a ela conduz. A insistência primaria sobre a *self-reliance* justifica-se fundamentalmente pelo facto de o homem ser «o principio, o sujeito e o fim de todas as instituições» (*Gaudium et Spes*, n. 25, par. 1) nas quais constrói o seu destino solidário com os outros homens. Existe contudo atualmente uma tendência, sublinhando de modo demasiado exclusivo o tema da *self-reliance*, que supõe com demasiada facilidade que a consciência da solidariedade já está suficientemente desenvolvida pelo simples facto de que todos nós estamos embarcados na mesma «nave espacial-terrestre»; uma tendência também de repor em longo prazo, depois, de uma fase de «recuperação» colocada completamente sob a signo da soberania nacional, a insistência sobre os conceitos ligados à solidariedade universal (tal como a noção de património comum da humanidade) e sobre o estabelecimento das estruturas que os exprimem; uma tendência, finalmente, de esperar que a *self-reliance* se transforme por si própria, unicamente com o passar do tempo, em solidariedade mais universal e mais orgânica.

Na realidade, contudo, sem perder o beneficio do elemento motor principal que constitui a *self-reliance*, é necessário reforçar esta perspectiva por uma outra complementar que parte mais explicitamente da noção de solidariedade universal e das consequências estruturais que implica.

Existe uma tensão fecunda a manter entre a *self-reliance* e a solidariedade, para deixar transparecer quanto elas estão orientadas a partir de dentro uma em direção à outra. A concepção cristã do homem como *pessoa*, ao mesmo tempo *individualidade* irredutível e *abertura* aos outros, ajuda a sustentar esta tensão. Descrevendo a vocação humana na sua primeira parte, a *Gaudium et Spes* caracteriza-a pela « dignidade da pessoa humana » (cap. I) e pela « comunidade humana » (cap. II), sendo assim indissociavelmente individual e social a atividade humana no universo (cap. III).

Um dos dramas da história contemporânea consiste no facto de que a *corrente liberal*, em oposição a uma sociedade de antigo regime cujas estruturas muito « integradas » não souberam dar lugar às exigências legítimas e crescentes do indivíduo, tinha compreendido bem o dinamismo do *indivíduo*. Mas ela esperava, de uma exaltação unilateral do indivíduo e da sua liberdade, a realização de uma humanidade fraterna como uma espécie de consequência obrigatória. De facto, isolou o homem perante o Estado, desfazendo todo o tecido dos corpos intermédios sem permitir que corpos mais modernos tomassem o seu lugar. Isolou-o perante os mais fortes, sobretudo em economia, num momento em que esta, com a primeira revolução tecnológica, submetia a sociedade a uma desestabilização terrível. O resultado é conhecido: o aniquilamento, demasiadas vezes, do mais fraco pelo mais forte. A *corrente socialista*, por sua vez, reagindo a este estado de coisas, sublinhou a solidariedade. Mas, também ela, de modo unilateral, muitas vezes coletivista, esperando que a liberdade, desta vez, emergisse como que automaticamente da coletivização. Também é conhecido o resultado.

Na realidade, se se põe de parte, à partida, um dos elementos constitutivos da pessoa, inseparavelmente indivíduo e abertura aos outros, isto não é « dado em acréscimo » nem se reintroduz senão através de muitos sofrimentos e revoltas. Conforme o caso e a situação, é legitimo acentuar um ou outro dos aspectos mas sem nunca pôr entre parênteses, ainda que provisoriamente, o elemen-

to complementar. Não se trata portanto de uma espécie de compromisso estático entre duas correntes, de uma « terceira via » que eliminaria, com as tensões, a própria vida. Trata-se de um superamento dinâmico tanto duma como doutra, na sua parcialidade, para inventar modelos que não excluam nem a liberdade dos indivíduos, nem o seu desenvolvimento solidário.

Percebemo-lo melhor hoje, nos grandes debates em curso. Mas uma certa rigidez na afirmação da soberania nacional arrisca-se a desiludir a aspiração a uma nova ordem *mundial*.

A todos os níveis em que se afirma, a *self-reliance* deve tornar-se para todos mais atenta às exigências atuais da solidariedade, ao enriquecimento recíproco que resulta dos intercâmbios de todos os tipos.

2. A solidariedade é também um dinamismo regulador

Reconhecemos já a razão de ser da exigência, por parte de cada país, de *um domínio do espaço nacional e das suas riquezas*. A nossa brochura ***O destino universal dos bens*** mostrou que a apropriação particular não constitui para ninguém, indivíduo ou povo, « um direito incondicional e absoluto » (*Populorum Progressio*, n. 23): está colocada precisamente sob o signo do « destino universal dos bens ». Um princípio que penetra e restitui ao seu destino social todo o uso dos bens possuídos em particular. Um princípio que apela, além disso, a todos os níveis, para a conservação ou constituição de bens que, geridos como « património comum », escapam à lógica da apropriação, exprimem e educam ativamente o sentido da solidariedade, de modo particular entre os povos. Um princípio dinâmico e regulador.

A autossuficiência em matéria alimentar e para as necessidades vitais essenciais é uma exigência particularmente urgente. Aqui, a apartação direta do sentido de solidariedade inspirará sobretudo uma *self-reliance* coletiva entre países pobres vizinhos que devem conjugar

os seus esforços para alcançar juntos a finalidade visada. Orientará a ajuda dos países ricos para a preocupação primária de eliminar ativamente a pobreza absoluta.

Legítimo é certamente o cuidado em desenvolver economias nacionais que tenham em si próprias o seu centro de integração, *economias autocentradas*. Mas, já o vimos, quanto mais deparamos com este aspecto « qualitativo » da *self-reliance*, tanto mais o intercâmbio ativo e diversificado é a própria condição da finalidade que se quer atingir. Ora, na crise presente, é grande o perigo de voltar a um protecionismo de vistos curtas, de se furtar a qualquer inovação que traduziria em estruturas originais e em disciplinas exigentes a dependência mútua das economias. Só uma tomada de consciência mais profunda da solidariedade universal pode aqui libertar energias criadoras para arriscar novos caminhos, particularmente na linha de fundos mundiais (*Populorum Progressio*, n. 51).

Quando se trata, para além do simples crescimento económico, do *desenvolvimento sociocultural global de cada ovo*, é ainda mais urgente, na medida em que cada um aprofunda a sua própria tradição, ajudar este esforço pela redescoberta dos valores humanos comuns. No fundo, a insistência da Igreja sobre *uma « natureza » humana* defende antes de mais a ideia simples de que existe no homem uma realidade comum e permanente que se mantém e cresce através da rica diversidade das culturas e das épocas. Os cristãos faltariam gravemente à sua responsabilidade histórica presente deixando ao abandono este património doutrinal. E preciso que o exprimam em formas renovadas, acessíveis aos homens do nosso tempo.

João XXIII, na *Pacem in Terris*, alegrava-se com o acesso dos povos colonizados à independência política (p. 10) e descrevia concretamente a sua *igual soberania* como « direito à existência, ao desenvolvimento, a disporem dos recursos necessários para o mesmo, e a desempenharem o papel preponderante na sua realização » (p. 21), ao abrigo de toda a ingerência na sua independência (cf. p. 26). Mas não adiava para mais tarde a necessária *construção orgânica de uma comunidade humana mundial, dotada de uma autoridade*

de apropriada (p. 28 ss.). Uma construção, repete ele, que deve fundar-se sobre um acordo livre dos povos iguais em dignidade (p. 29), mas que, como ele igualmente mostra, é exigida por uma realidade moral superior que se impõe às nações, a saber: a unidade da família humana à qual a socialização atual (não no sentido passivo do estado de facto, mas no sentido ativo de uma multiplicação e de uma intensificação das relações entre os homens e os povos) impõe que se deem formas orgânicas apropriadas. Pio XII já o sublinhava:

O facto manifesta que as relações entre os indivíduos pertencentes a povos diferentes e entre os próprios povos crescem em extensão e profundidade, torna cada dia mais urgente a regulamentação das relações internacionais privadas e públicas, tanto mais que esta aproximação é determinada não só pelas possibilidades técnicas incomparavelmente aumentadas e pela livre escolha, mas ainda pela ação penetrante de uma lei imanente de desenvolvimento. Não se deve portanto reprimi-lo, mas favorecê-lo e encorajá-lo... o próprio progresso técnico despertou talvez a fé, latente no espírito e no coração dos indivíduos, numa comunidade superior dos homens querida pelo Criador e tendo a sua raiz na unidade da sua origem, da sua natureza e do seu fim... o caminho que conduz à comunidade dos povos e à sua constituição não tem como norma única e última a vontade dos Estados, mas antes a natureza, ou melhor, o Criador... (discurso à União dos Juristas católicos italianos, a 6 de Dezembro de 1953, tradução portuguesa da CPJP).

E ao congresso da Pax Romana:

Se o cristão vê esboçar-se, sob a pressão dos acontecimentos, uma comunidade internacional cada vez mais estreita, sabe que esta unificação, querida pelo Criador, deve levar à união dos espíritos e dos corações, numa mesma fé e num mesmo amor. Não somente pode, mas deve trabalhar para o nascimento desta comunidade ainda em formação... (27 de

Abril de 1957; tradução portuguesa da CPJP do texto original francês).

Paulo VI notava no seu discurso de 14 de Novembro de 1975 à FAO, já acima citado:

...é necessário abrir infatigavelmente os grupos particulares para o horizonte de solidariedades mais amplas ... (este movimento) adquire energias novas para se desenvolver quando a solidariedade universal consegue tomar corpo nas instituições comuns, com orientações comuns (*L'Osservatore Romano*, ed. portuguesa, 23 de Novembro de 1975).

Vê-se bem nestes textos como o movimento da *self-reliance*, longe de se bastar a si próprio, apela por seu turno para o movimento da solidariedade e recebe dele novas energias. A solidariedade ativa e orgânica permite ultrapassar a polarização entre « a identidade cultural » e a interdependência crescente dos povos. É também ela que permite a todos os países intervir realmente nas decisões maiores que se referem ao desenvolvimento da humanidade, uma exigência central nos países do terceiro mundo quando falam de *self-reliance*.

Não é preciso, de resto, conceber esta solidariedade orgânica sob a forma rígida de uma espécie de governo mundial que não faria mais do que estender à humanidade inteira estruturas copiadas dos estados nacionais. Construídas sobre a noção de *self-reliance*, as solidariedades orgânicas procuradas serão diferentes, uma vez mais institucionalizadas, outras mais flexíveis. O Instituto Internacional de Estudos Sociais do BIT, a partir da experiência do BIT, que faz cooperar de modo tripartido Estados, organizações patronais e sindicatos de trabalhadores, procura aprofundar a noção de « contratos de solidariedade » que pode renovar a reflexão sobre a soberania política. Igualmente, as investigações do projeto RIO sobre o tema das soberanias « funcionais » (ver a nossa brochura: ***O destino universal dos bens***).

3. Solidariedade e caridade

De si, a noção de solidariedade é *aberta*. Sem negar as solidariedades particulares, convida a integrá-las numa solidariedade sempre mais vasta, universal. No clima cultural ambiente, contudo, a palavra fixou-se em solidariedades particulares, tantas vezes exclusivas e agressivas. E necessário um esforço explícito para lhe restituir o seu verdadeiro alcance.

Para contribuir a superar esta fixação, devida em grande parte ao clima de secularização, é urgente que os cristãos reintroduzam no debate o conceito e a realidade insubstituíveis do amor, da caridade, com a sua ressonância profundamente humana e a sua dimensão primariamente teologal. Paulo VI gosta de insistir, particularmente depois do Ano Santo, na noção de « civilização do amor ».

A unidade dos homens, criados à imagem do Deus que é Amor, tem a sua fonte em Deus (ver *Gaudium et Spes*, n. 24). O seu laço é o amor fraterno, que não conhece limites nem em extensão – engloba todos os homens – nem em intensidade: *como Jesus nos amou*. Mandamento supremo que resume todos os outros: Todos os outros valores humanos são julgados por esta caridade e não ao contrário. É do amor que eles recebem a sua plenitude. Assim, a justiça. A questão última será sempre para um cristão: os esforços para uma maior justiça « dão lugar ao amor », deixam-se penetrar por ele e adquirem assim a sua verdadeira dimensão (sem perder a sua consistência própria) ? Ou, pelo contrário, o amor evangélico corre sobre eles como sobre um corpo impermeável ? Endurecidos como se encontram numa lógica de egoísmo e de ódio ?

Assim como o fundamento último da *self-reliance*, da vocação do homem em assumir a plena responsabilidade do seu desenvolvimento (ver *Populorum Progressio*, ns. 15 e 16), se encontra na sua dignidade de filho de Deus, assim a solidariedade se enraíza e se alimenta em última análise do amor divino que o próprio Espírito de Deus difunde nos corações. Os cristãos têm como missão uni-

las uma e outra à sua fonte divina que lhes dá, com as motivações supremas, o seu ímpeto, a sua retidão e a sua interação fecunda, sem por isso lhes fazer perder, nos diferentes níveis em que procuram construir-se, a sua consistência humana, as suas motivações específicas e os seus caminhos próprios.